

A questão racial no trabalhismo varguista: apontamentos para compreensão da integração do negro no trabalho¹

Pedro Rodrigo de Souza²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

A pesquisa se caracteriza por uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, exploratória, conforme as características elencadas por Gil (2010). Foram utilizados os discursos e diários do ex-presidente Getúlio Vargas disponíveis no site da Biblioteca da Presidência, datados do período de 1930 a 1945 como fonte primária para coleta de dados. Os dados coletados foram interpretados à luz dos estudos de Mota (2003), Gomes (2005), Pandolfi (1999), Skidmore (1976) e Cunha (1999). A hipótese verificada é de que Getúlio Vargas objetivava descontextualizar a imagem do negro que até então estava diretamente vinculada ao trabalho manual, não qualificado e na marginalização social. Esta imagem atrelada a este discurso de marginalidade e desqualificação social não interessava ao Estado Novo, uma vez que a chave para o progresso estava assentada na valorização do homem, do trabalhador brasileiro e suas virtudes como pilar de sustentação do trabalhismo. Esta abordagem impede que se compreenda a complexidade das relações étnico-raciais e sociais em uma sociedade de classes. O discurso de Vargas se apresenta na tentativa de ressignificar os sentidos pejorativos os quais a imagem do negro era atribuída, colocando em prática o projeto trabalhista e nacionalista do Estado Novo, a criação de uma nova unidade étnico-racial revalidada e parte de uma única raça: a raça brasileira. É possível que o caráter populista e a política nacionalista de Getúlio Vargas se caracterizaram por uma abordagem totalizante e integralizada diante dos antagonismos e conflitos sociais. Utilizando-se dos conceitos anteriormente citados para discutir quais foram os processos e elementos narrativos e discursivos utilizados pelos agentes políticos da época, buscou-se compreender para além do discurso “oficial” do regime varguista que idealizam o “trabalhador nacional” enquanto rótulo genérico e atravessado pela mestiçagem, oportunizando uma perda da dimensão étnico-racial dos/as sujeitos que viveram o período.

Palavras-chave: Política trabalhista; Questão racial; Eugenia; Getúlio Vargas.

Introdução

Durante o século XIX, na era moderna, os Estados-nacionais como conhecemos hoje foram formados, assim como, a ideia de nação e nacionalismos. A nação é uma das categorias que organizam a história e a vida das populações.

¹ GT 07 – Pensamento Social.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC-UEM), professor mediador na Unicesumar. E-mail: pedrordesouza01@gmail.com.

Na obra *A invenção das tradições*, Eric Hobsbawm (2012) apresenta componentes constituintes que formam o ideal nacional, passando pela construção de uma narrativa de passado comum e homogêneo. No livro *Nações e nacionalismos*, o historiador destaca os elementos constituintes de invenção e de engenharia social para formação das nações. Para o autor, as nações não formam os Estados e o nacionalismo, mas, afirma, ser justamente o oposto (HOBSBAWM, 1991). Para Benedict Anderson, a nação pode ser entendida como uma “comunidade imaginada”, onde pessoas de distintas regiões e lugares, pertencendo ou não a diferentes etnias passam a se sentir reconhecidas e identificadas com um certo território. A nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir no seu interior, a nação sempre é concebida como uma camaradagem horizontal entre as pessoas (ANDERSON, 2008). Stuart Hall (2006) chama a atenção, de que não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classes, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, representando todos como uma grande família nacional. O discurso da cultura nacional constrói identidades que são colocadas, de modo dúbio, entre o passado e o futuro (HALL, 2006).

Diante do exposto, este trabalho pretende discorrer sobre a construção de uma identidade nacional do Brasil da primeira metade do século XX. Utilizando-se dos conceitos anteriormente citados para discutir quais foram os processos e elementos narrativos e discursivos utilizados pelos agentes políticos da época. Para isso, iniciamos com uma breve apresentação dos principais debates que permearam o meio político e científico a respeito da questão nacional. Em seguida, abordamos como as mudanças de estratégias ocorreram em diferentes momentos dos anos de 1920 até os anos 1940 na construção da chamada identidade nacional e, após, como o trabalhismo varguista do Estado Novo se apresenta como uma categoria discursiva de identidade cultural. Por fim, conclui-se que o discurso da cultura nacional sempre esteve em disputa na tentativa de invenção da nação.

Raça como categoria biológica

As teorias raciais e eugênicas ocuparam um lugar importante no debate do início do século XX na sociedade brasileira. A ideia de limpeza racial fazia parte das estratégias de biopolítica utilizadas pelo Estado brasileiro. É importante ressaltar que essa visão de mundo era legitimada por uma biociência que preconizava uma hierarquia racial pautada no modelo das ciências da natureza e no aparecimento do biopoder.

O movimento eugênico era uma confirmação daquilo que uma política social baseada nas técnicas da biopolítica poderia produzir em uma população. O corpo social é articulado a partir de duas raças (FOUCAULT, 2019). É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo a outro, percorrida por esse enfrentamento das raças, que encontramos formulado já no século XVII, onde segundo Foucault (2019) se encontraria a matriz que se construíram a fisiologia e os mecanismos da guerra social. É a partir deste discurso que nasce a teoria das raças no sentido histórico-biológico. O pensamento eugenista não ficou restrito apenas ao campo ideal e científico no Brasil, foi materializado em políticas e ações do Estado. Para Ângela de Castro Gomes (2005), foi neste período que uma série de reflexões dos políticos e intelectuais começaram a identificar as causas da pobreza e suas consequências para sociedade brasileira. “A pobreza passava a ser considerado um obstáculo para o desenvolvimento da nação e deixava de ser considerada inevitável, já que a ignorância desta ‘questão social’ e os imobilismos do Estado começam a ser apontados como as razões de sua permanência” (GOMES, 2005, p. 55).

Um dos diagnósticos sobre as causas dos problemas que o país enfrentava era a falta de novas esferas de intervenção do Estado que tratassem de incluir áreas consideradas não só importantes, mas também estratégicas para o desenvolvimento da nação, como saúde, educação e trabalho. A organização do mercado de trabalho era vista como um dos grandes problemas a serem enfrentados no período, assim como o combate à pobreza, que simbolizava a soma de todos os problemas nacionais. Incluía-se a ignorância e a doença como síndrome da pobreza, que em sua grande maioria era constituída de negros e mestiços. Como forma de resolver tais problemas, as teorias eugênicas deixam de fazer parte do mundo intelectual e passam a ter lugar na agenda

política brasileira; um plano de higiene racial forjado pelo estado em conjunto com sanitaristas e eugenistas, começou a ser colocado em prática. Estas teorias, por estarem no centro das discussões, contribuíram para a elaboração de propostas baseadas na esterilização e limpeza racial e que foram bem aceitas entre a elite intelectual brasileira. Silvio Romero e o médico Nina Rodrigues foram os grandes apoiadores das teorias raciais e consideravam a miscigenação como um mecanismo que levaria o país à degeneração e à selvageria. Estas ideias ganharam corpo e passaram a ser colocadas em prática:

Assim, nos anos 1920, diante das leis raciais, das discussões sobre o branqueamento da população e das intervenções muitas vezes impotentes do sanitarismo, as leis eugênicas, que já pululavam nos compêndios de higiene, passaram a ser acatadas por alguns médicos e políticos como mais um elemento a ser somado e praticado urgentemente nesse universo de expectativas frente ao país e ao seu povo (MOTA, 2003, p. 47).

Segundo este pensamento, as ações sanitárias e eugênicas como a adoção de medidas referentes à moléstia, epidemias e especialmente à estrutura racial nacional (MOTA, 2003), formuladas e postas em prática eram a única solução racional para a restauração nacional e a emancipação do povo; as atuações empenhadas até aquele momento não surtiram efeito; somente o empenho da medicina social, da saúde sanitária e a educação eugênica seriam capazes de tornar a sociedade melhor, mais “equilibrada”. As ações eugênicas eram entendidas como intervenções necessárias e tinham o respaldo e a legitimidade científica; o determinismo científico amparado pelo Estado acreditava que, por meio do plano político eugênico e sanitário de regeneração racial, resolver-se-ia o que era considerado pela república como o grande obstáculo para a construção de um novo Brasil: a pobreza. O incentivo da imigração selecionando elementos e etnias consideradas ideais reduziria a heterogeneidade étnica, considerando que o sangue indígena e o negro eram, como afirmavam os eugenistas, “[...] a verdadeira tragédia da nossa desordem somática e psicológica” (MOTA, 2003, p. 52). Acreditava-se que com o tempo o sangue se diluiria rapidamente com o aperfeiçoamento constante das gerações higienizadas.

De acordo com essa ideia, uma nação só seria verdadeiramente rica e próspera quando possuísse homens de linhagem hereditariamente sadia, quanto mais elevado o

índice de famílias de bem-dotados, mais próspera a nação. Essa concepção de caráter científico e biológico sobre a raça dominava o debate político no país, no qual as elites “dirigentes” posicionavam sua política de forma determinista diante dos problemas nacionais. Segundo Lilian M. Schwarcz (2001), o diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista Lacer (1911), convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em 1911, não apenas apresentava a tese de que o país era caracterizado como mestiço, mas apontava também a mudança a ser feita: “[...] o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento um século de sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 2001, p. 65). Este discurso centrado na raça se torna um discurso do poder. Um discurso que não é mais “temos de nos defender contra a sociedade”, mas, “temos que defender a sociedade, dessa contrarreira que estamos, sem querer, constituindo.” (FOUCAULT, 2019, p. 52). Este racismo de Estado pode ser caracterizado nas ações eugênicas promovidas como políticas de Estado no Brasil. A especificidade do racismo moderno se dá não pela ideologia, mas sim, pelas técnicas de poder. A um funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. “A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza” (FOUCAULT, 2019, p. 217).

A concepção do branqueamento se caracterizava pela utilização da raça como categoria biológica e se tornou central no projeto eugenista racial, que tinha na figura do ariano o tipo ideal. Para os eugenistas, a raça branca (ariana) assumiria o primeiro lugar na classificação de valores aceitos como ideais. O branqueamento das raças seria o primeiro passo para a construção de uma Nação brasileira forte e vigorosa.

O sociólogo Stuart Hall argumenta que raça não pode ser entendida como categoria biológica, e sim, como uma categoria discursiva:

[...] ela [raça] é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente ponto específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais etc. como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (HALL, 2006, p. 63).

Como veremos a seguir, o Estado Novo, com Getúlio Vargas à frente do projeto mais importante de seu governo, o trabalhismo, compreendeu que a utilização da raça como categoria biológica não traria os resultados esperados e imaginados acerca da criação de uma identidade nacional capaz de unificar as diferenças em nome do progresso econômico e social.

Raça como categoria discursiva

Motivado por uma nova forma de encarar a questão racial, deixando aparentemente de lado o caráter biológico e concebendo o negro como um tipo antropológico, o governo Vargas instituiu o Dia da Raça, 13 de maio, como data comemorativa e festiva, com o propósito de enaltecer o negro, de fazer o elogio à sua cultura e à sua contribuição para formação social, marcando positivamente a constituição do povo brasileiro. Como parte das programações em comemoração ao Cinquentenário da Abolição, foram preparados seminários, lançamento de livros, concertos musicais com a participação de Heitor Villa-Lobos e um chá servido no Palácio do Catete por netas da princesa Isabel. O discurso do presidente da República também era esperado, no entanto, a fala que deveria ter como propósito a comemoração do Dia da Raça foi tomada pelo enfrentamento de Vargas à Ação Integralista (AIB) que, dias antes (11 de maio), executara um golpe fracassado contra o seu governo, ocorrência conhecida como o *putsch* integralista de 1938. O discurso tornou-se uma reação à tentativa de golpe: Vargas sentenciou os integralistas, atribuindo-lhes a alcunha de inimigos da pátria, e convocou o povo a unir-se ao governo contra os adversários que teriam cometido um crime de lesa-pátria:

Continuemos a trabalhar confiantes no futuro, prontos a castigar exemplarmente os culpados pelos crimes de lesa-pátria. É o nosso dever. Havemos de cumpri-lo serenamente, sem medir sacrifícios, para maior bem maior glória do Brasil. (VARGAS, 1938, p. 29) (13-maio 1938).

Para a historiadora Olivia Maria Gomes da Cunha (1999), os festejos oficiais da Abolição sugerem um novo olhar sobre o passado à memória escravagista brasileira. A

agenda elaborada por Arthur Ramos tinha como objetivo dar visibilidade, promover e valorizar os aspectos positivos da cultura negra. A ideia era descontextualizar a imagem do negro que até então estava diretamente vinculada ao trabalho manual não qualificado e à marginalização social. “Falar da abolição acarretaria, necessariamente, referências à escravidão. A invenção de uma narrativa sobre o passado e, por conseguinte, a elaboração de uma agenda oficial dos marcos da história nacional implicam um rearranjo no enfoque da ‘realidade’ e do presente.” (CUNHA, 1999, p. 259).

Esta imagem não interessava ao Estado Novo, uma vez que no discurso deste a chave para o progresso estava assentada na valorização do homem, do trabalhador brasileiro e em suas virtudes, como pilares de sustentação do trabalhismo. Apesar do reconhecimento das diversas influências do negro na constituição da sociedade brasileira, como na religião, nos costumes e na língua, o que continuava como um entrave para o projeto político-ideológico do país era a imagem do negro atrelada ao trabalho manual e à pobreza que degradava o homem. Segundo Cunha (1999), falar em abolição necessariamente acarretaria referências a um passado negativo que gostaria de ser esquecido: a escravidão. Era necessária a invenção de um discurso que ressignificasse o passado e pudesse requalificar a história social da nação. Vargas fez uso da ressignificação da categoria *negro*, usada até então como categoria científica, transformando-a em categoria política, com a intenção de desqualificar os sentidos pejorativos atribuídos aos negros, criando assim uma nova unidade étnico-racial valorizada pelo Estado Novo e inventando uma nova forma de mencionar, representar uma parcela da sociedade brasileira. “Assim, falar da escravidão se revelava um perigoso recurso, uma vez que pretendia-se dignificar planos da cultura e da história de um *povo*, de uma *raça*, de uma *civilização*, cujos indivíduos eram quase sempre vistos através das lentes da desqualificação social” (CUNHA, 1999, p. 259).

A não menção a expressões que, de alguma forma, revisitassem a imagem pejorativa do negro e do regime escravista era essencial para o sucesso do projeto trabalhista, que se assegurava com a invenção de arquétipos, como as expressões *povo*, *nação* e *raça brasileira*, para a construção do sentimento de unidade entre as diferentes frações sociais, eliminando os conflitos de classe e étnico-raciais. Com isso, elaborava-se a compreensão da população brasileira como composta por uma “raça brasileira”, a que

pertenceria o trabalhador nacional, que era o centro das atenções e público-alvo dos discursos governamentais. Vargas não distinguia, ao menos em sua fala discursiva, as características étnico-raciais e sociais do trabalhador brasileiro, como podemos observar em seu discurso em comemoração ao 1º de Maio de 1943:

A essas disposições Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas, ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional. À medida que impulsionamos as forças da produção para favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social (VARGAS, 1943, p. 15).

Neste outro trecho do discurso pronunciado no dia 7 de setembro de 1940, em comemoração ao Dia da Independência, notamos a importância que Vargas deu ao sentido de união que queria criar entre o povo:

Brasileiros. O lema da nossa vida tem de ser: UNIÃO E TRABALHO. Pela união, faremos da Pátria uma entidade sagrada, e, pelo trabalho, engrandecê-la-emos, tornando-a rica, forte e respeitada. Permanecemos dignos dos nossos maiores e das nossas tradições de honra; continuemos a mostrar que sabemos sentir, pensar e agir impulsionados pelos altos interesses nacionais; demonstremos, enfim, que somos donos dos nossos destinos e estamos decididos a realizá-los sem temer perigos nem medir sacrifícios. Esse deve ser o voto mais vivo, a promessa mais consciente, o desejo mais puro, de todo brasileiro, neste dia glorioso, consagrado ao culto da Pátria (VARGAS, 1940, p. 17).

A política nacionalista de Getúlio Vargas fez com que o regime utilizasse uma abordagem totalizante e integralizada diante dos antagonismos e conflitos sociais. As identidades nacionais, segundo Stuart Hall, produzem sentidos com os quais podemos nos identificar. Estes sentidos estão nas histórias contadas, nas memórias que conectam o presente com o passado e nas imagens que delas são construídas (HALL, 2006). Como afirma Benedict Anderson (2013), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. A evolução do país dependia do sucesso da criação de um sentido de unidade, de um tipo de identidade brasileira, nacional; tipo este que, caracterizado pela sua força, vigor e patriotismo, abandonaria os conflitos sociais em nome de uma nação, da criação de uma *raça brasileira*. Este era o grande objetivo do projeto trabalhista de Getúlio Vargas.

A historiadora Ângela de Castro Gomes (2005) argumenta que a imagem que se pretendia construir no trabalhismo de Getúlio Vargas era a imagem de uma “raça brasileira” intencionalmente criada a fim de enaltecer a figura do homem brasileiro, aquele que tem força e energia para o trabalho, que contribui para a construção do progresso e grandeza do Brasil. A criação de uma narrativa que valorizava o trabalhador consistia em construir não somente um espírito de associação entre os trabalhadores, mas também a figura de Vargas como *um homem do povo*, já que no *povo* não haveria distinções de raça ou classe social.

A identidade trabalhista

A ideia de homogeneidade de um povo é construída por meio de estratégias políticas discursivas amplamente utilizadas pelos Estados. A formação de uma cultura nacional cria padrões de alfabetização universais, generaliza uma única língua escrita e falada, compreensível para toda a massa popular. Stuart Hall diz que a “formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais.” (HALL, 2006, p. 49). O estado precisa homogeneizar e padronizar seus habitantes (OLIVEIRA, 1997). Unificar as pessoas para que se sintam identificadas por origens comuns, falar uma língua comum, compartilhar e aprender histórias comuns, faz parte deste processo de padronização das massas. Segundo a historiadora Lucia Lippi Oliveira, no final do século XIX, os Estados passaram a agir sobre a máquina da comunicação, imprensa, rádio, assim como na educação, principalmente no ensino primário, difundindo a imagem de uma herança comum, inventando e inculcando tradições.

O regime estadonovista utilizou amplamente essas estratégias homogeneizadoras, na busca da construção da identidade cultural da nação. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado por Lourival Fontes, foi uma das mais importantes estratégias para a efetivação do projeto varguista. Controlar a comunicação, a imagem do governo para o povo se mostrou de grande valia, para uma efetiva orientação da cultura popular. Desde 1931, com o Departamento Oficial de

Publicidade, substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), ainda no governo provisório, já se praticava uma política de controle da informação transmitida pelo rádio e pela imprensa. A inauguração do programa “Hora do Brasil”, em 1938, só se deu quando o DPDC se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP). O programa era transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, mirando a divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. Em 1939, o DIP tomou o lugar do DNP e passou a realizar o programa “Hora do Brasil” com três finalidades a cumprir: informativa, cultural e cívica. Segundo o Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), o programa também tinha a função de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, assim como fornecer uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela “boa música”, por meio de audições de autores considerados célebres (em sua maioria autores nacionais). Comentários sobre a arte popular e descrições dos pontos turísticos do país também faziam parte da programação. No que diz respeito à finalidade cívica, era contemplada por meio de “recordações do passado”, em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. As peças de radioteatro, transmitidas na época, tinham dramas históricos como a retirada da Laguna, a abolição da escravidão e a proclamação da República como temas centrais.

Em janeiro de 1942, o novo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho deu início a uma de suas políticas mais significativas, não só pela continuidade, como pela originalidade e alcance que ganhou (GOMES, 2005). Durante o período de janeiro de 1942 a julho de 1945, Marcondes falou semanalmente pelo rádio, realizando mais de duzentas palestras, com duração de aproximadamente dez minutos, todas as quintas-feiras. No dia seguinte, as palestras eram publicadas pelo jornal *A manhã*, porta-voz do regime, podendo desta forma ser mais bem assimiladas pelo público. Segundo Angela de Castro Gomes (1999, p. 212) “Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio [...] A radiodifusão adequava-se como uma luva ao objetivo específico da nova programação.”

Como argumenta Gomes (1999), essa iniciativa merece nossa atenção, pois o programa semanal tinha como objetivo divulgar de forma mais rápida e ampla as medidas governamentais sobre a nova legislação social. Em razão das grandes distâncias do território nacional e das dificuldades de comunicação, o rádio foi o meio considerado mais adequado para atender e “esclarecer” os trabalhadores de norte a sul do país. Uma das principais contribuições do programa era fazer com que a legislação social fosse considerada como um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional. Não há dúvida que o governo, mesmo antes de 1942, desenvolvia esforços para fazer do programa “Hora do Brasil” um sucesso de audiência. Por decreto-lei (nº 1.949/1939), tornara sua transmissão obrigatória em qualquer estabelecimento comercial que possuísse aparelho de radiodifusão (GOMES, p. 213). Desta forma, a sistematização do rádio e dos serviços de radiodifusão se tornou um importante instrumento para o Estado Novo, que ampliou sua capacidade de intervenção na esfera cultural por meio das instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública (CAPELATO, 1999). O regime criaria seus próprios aparatos culturais, veículos de promoção e de propaganda e publicações oficiais, como a revista *Cultura Política*, que contava com a colaboração de diversos intelectuais. Assim, o DIP, ao lado do Ministério de Educação, se tornou um dos principais defensores de uma cultura oficial que pretendia criar a identidade que se queria atribuir ao povo brasileiro (ARAUJO; BARBOSA, 2016). O DIP, a partir de 1939, foi vinculado diretamente à Presidência da República, produzindo e divulgando os discursos destinados a construir a imagem do regime, das instituições e do chefe do governo. Destarte, foram produzidos livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiário e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários, filmes de ficção etc. Segundo Capelato (1999), destacam-se a imprensa e o rádio como principais meios para divulgação da propaganda política. Com a organização e a produção da propaganda oficial ampliando a capacidade de intervenção do Estado nos meios de comunicação e da cultura, o DIP por meio da propaganda oficial passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem, como diz a historiadora Maria Helena Capelato:

Os discursos de Vargas, proferidos em inaugurações, comemorações e visitas, assim como o de seus ministros e assessores, forneciam o conteúdo básico da propaganda. Havia controle direto sobre os veículos de comunicação: jornais, rádios, cinema. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. Os que insistiram em manter sua independência ou se atreveram a fazer críticas ao governo tiveram sua licença cassada. As “publicações inconvenientes” foram suprimidas (CAPELATO, 1999, p.173).

No Estado Novo, o empenho de politização, de censura de vozes discordantes e de penetração em todos os setores foi realizado sobretudo por meio da imprensa periódica e, em menor medida, pelo rádio. (CAPELATO, 1999, p. 174).

Inventando tradições

A invenção de tradições, como já vimos, é uma estratégia discursiva na construção de uma identidade cultural. Para Hall (2006), as tradições que parecem ou são apresentadas como antigas são muitas vezes de origem bastante recente, e algumas vezes inventadas. “Tradição inventada significa um conjunto de práticas, naturais ou simbólicas, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (HALL, 2006, p. 54). Segundo Hall (2006), o discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro.

Mais interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras vezes, podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos oficiais - religião e pompa principesca., folclore e maçonaria (que, por sua vez, é uma tradição inventada mais antiga, de grande poder simbólico) (HOBBSAWM; RANGER, 2012, p. 14).

Para Hobsbawm e Ranger (2012), a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.

Foi com o Estado Novo que, no Brasil, iniciou-se uma série de comemorações oficiais que buscavam destacar datas específicas, envolvendo a população em um calendário festivo. Comemorações do aniversário do Estado Novo, 10 de novembro, o aniversário do presidente, 19 de abril, e o Dia do Trabalho, 1º de maio, juntos constituíam três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores (GOMES, 2005). Somavam-se mais três ocasiões rituais: o 7 de setembro e os dias de Natal e Ano-Bom, em que o público, a quem se destinava a fala presidencial, era mais difuso e o tema não era centrado na questão do trabalho. A criação do chamado “tempo festivo” tinha como principal destaque o 1º de maio: o Dia do Trabalho. O 1º de maio era sempre uma comemoração na qual o presidente em pessoa falava com os trabalhadores. O grande destaque cabia à figura do trabalhador, ao qual era oferecida especialmente a festa (GOMES, 2005). A historiadora Ângela de Castro Gomes nos informa sobre a primeira vez em que foi realizada a festividade:

O primeiro Dia do Trabalho comemorado pelo Estado Novo foi o do ano de 1938, quando o presidente Vargas discursou e caracterizou o teor desta festividade. A data não devia passar em branco e não podia se limitar a palavras. O presidente anunciou na ocasião o regulamento da lei do salário mínimo e assumiu o compromisso de, a partir de então, sempre “presentear” os trabalhadores com uma realização na área da política social. Mas o 1º de maio de 1938 foi apenas um ensaio, uma festa restrita, já que realizada no Palácio Guanabara (GOMES, 2005, p. 216).

A data passou a ser guardada pelos trabalhadores; nela, o presidente sempre anunciava uma iniciativa governamental no campo do direito social: o chamado “presente”. Vargas anunciou a lei que regulamentara o salário mínimo e que conferia mais segurança e garantias ao trabalhador urbano: “Ninguém pode viver sem trabalhar, e o operário não pode viver ganhando, apenas, o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o a dignidade social.” (VARGAS, 1938, p. 204). O Dia do Trabalho passou a assumir contornos rituais (GOMES, 2005). O presidente assumiu a partir de então um compromisso com o povo: doravante a celebração do Dia do Trabalho, viria sempre guarnecida de um anúncio aos trabalhadores de realizações na área da política social. “Não se pode afirmar que seja o seu termo, porque outras se seguirão” (VARGAS, 1938, p. 32), disse em discurso no Dia do Trabalho, em 1938.

É possível perceber nos discursos de 1º de Maio, nos quais Vargas se dirigia ao “seu povo”, principalmente no período do Estado Novo, que o projeto trabalhista foi sendo justificado e posto em prática. As palavras *povo*, *trabalhadores* e *operários* aparecem nos discursos como recursos de aproximação do presidente à população. As expressões *nação*, *povo* e *trabalhadores* serviram de conceitos que atribuíam sentido de união das classes, minimizando os conflitos e exaltando a união destas para o progresso do país. É o que podemos perceber no discurso de 1º de Maio de 1940, pronunciado no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro.

Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do Governo, sim de toda a Nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram (VARGAS, 1940, 22).

A elevação do homem pelo trabalho que continha em seu ideal a justiça e o valor social para os trabalhadores por meio da legislação trabalhista foi solidificada, tanto nas camadas populares como, em certa medida, na elite nacional. O trabalhismo estado-novista encarava a questão social como um problema de todos os homens e de todas as classes, já que são trabalhadores todos aqueles que produziam, que colaboraram com o valor social de seu trabalho. (GOMES, 1999). Para Ângela de Castro Gomes, o governo Vargas, entendia que o trabalho não era simplesmente um meio de “ganhar a vida”, mas sobretudo um meio de “servir à pátria” (GOMES, 1999, p. 59).

O trabalhador era o grande herói da democracia racial que se construía no Brasil (GOMES, 1999). “Desde então, no Brasil, a relação homem do povo/Estado fundou-se, em grande medida, nessa mitologia do trabalhador e do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social.” (GOMES, 1999, pag. 71). A abordagem totalizante de Vargas realocou as antagônicas expressões raciais, sociais e econômicas da sociedade em arquétipos sociais que solidificaram a narrativa ideológica nacionalista do projeto trabalhista do Estado Novo. Esta abordagem impede que se compreenda a complexidade das relações étnico-raciais e sociais em uma sociedade de classes. O discurso de Vargas se apresenta uma tentativa de ressignificar os sentidos pejorativos no qual a imagem do

negro era atribuída, colocando em prática o projeto trabalhista e nacionalista do Estado Novo, a criação de uma nova unidade étnico-racial revalidada e parte de uma única raça: a raça brasileira.

Considerações finais

Ao longo desse trabalho, podemos perceber de que forma foram utilizadas as estratégias discursivas na construção de uma identidade nacional. A questão nacional no Brasil, na primeira metade do século XX, sempre foi encarada como problema, assim como a questão racial.

O Estado brasileiro, na década de 1920, com o projeto de branqueamento da população por meio da eugenia racial, apostou em uma narrativa biológica, racial para a constituição da identidade cultural. Com o suporte do sociólogo Stuart Hall (2006), podemos compreender que a estratégia de unificar a identidade nacional em torno da raça, é muito difícil e improvável que dê certo. A raça deve ser encarada como categoria discursiva, e não biológica. O regime varguista, da década de 1930, o Estado Novo (1937-1945), compreendeu que a ideia eugenista de unificar a população brasileira por meio da raça, suprimindo e negando a contribuição da população negra, em nome de uma herança branca e europeia não tinha surtido efeito. Era preciso uma nova abordagem, que fosse capaz de unificar a população em detrimento de raça e classes sociais. O projeto político mais importante do regime do Estado Novo foi o trabalhismo, que associado ao autoritarismo e repressão, também proporcionou mudanças na estrutura organizacional, jurídica e social do Brasil. Para que a ideologia do trabalhismo desse frutos era necessário a criação de uma identidade cultural que fosse capaz de dar sentido de pertencimento e identificação, desta forma nasce a figura do trabalhador nacional. O DIP teve um papel fundamental neste processo. A invenção de tradições, a imaginação de uma nação é uma das formas de construção de identidade, como o lugar de origem, a família, a religião, a etnia.

Referências

A POLITICA trabalhista do governo e seus benefícios. Discurso pronunciado no estádio do Vasco da Gama, Rio, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, no dia 1º de maio de 1940. (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/16.pdf/view>

A REPULSA do paiz [sic] pelo atentado de 11 de maio. Discurso pronunciado, em agradecimento à grande manifestação popular do dia 13 de maio de 1938, no palácio do catete. (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/08.pdf/view>

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Gabriel Frias; BARBOSA, Agnaldo de Souza. Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultural oficial. In: **Revice - Revista de Ciências do Estado**, v1, n.2, 2016, p. 72-106.

CAPELATO, M. H. propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (org). **Repensando o Estado Novo**. Editora FGV, 1999.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DISCURSO pronunciado, por ocasião da posse como Chefe de Governo Provisório da República - 03 de novembro de 1930 – (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/view>

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**.. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O CULTO da Pátria e o dever de cada brasileiro. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, perante a concentração cívica da “hora da independência”, a 7 de setembro de 1940. (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/02.pdf/view>

O ESTADO Novo e as classes trabalhadoras. Discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos – leis referentes às classes trabalhadoras do país, no palácio Guanabara, a 1 de maio de 1938. (Vide Biblioteca da Presidência da República – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/07.pdf/view>

O PATRIOTISMO do trabalhador brasileiro e a política trabalhista do governo. Discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1943. (Vide Biblioteca da Presidência da República) – Acesso: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/01.pdf/view>

OLIVEIRA, L. P. Questão nacional na primeira república. In: LOURENZO, H. C.; COSTA, E. P. (Orgs). **As décadas de 20 e as origens do Brasil moderno**. Editora da UNESP: São Paulo, 1997. p. 185-195.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento político brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.